REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE GUIA DE ITBI – URBANO**1 – REQUERENTE**

NOME/RAZÃO SOCIAL

CPF/CNPJ RG

ENDEREÇO

Nº E-MAIL

BAIRRO

CIDADE UF

CEP TELEFONES

2 – REQUERIDO

Venho por meio deste requerer a Guia de ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) do imóvel abaixo descrito:

CADASTRO MUNICIPAL MATRÍCULA

ENDEREÇO

Nº COMPLEMENTO

BAIRRO

CIDADE ESTADO

3 – DADOS PARA EMISSÃO DA GUIA DE ITBI

VALOR DECLARADO VALOR VENAL TOTAL REFERÊNCIA

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS (MATRÍCULA + 1 item):

- INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA ATUAL
- ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA ATUAL
- CARTA ADJUDICAÇÃO (apresentar avaliação do imóvel)
- MATRÍCULA ATUALIZADA (30 DIAS)
- ADITAMENTO DE CONTRATO
- OUTROS? _____

PREENCHER OS QUADROS ABAIXO SOMENTE EM CASOS DE ITBI PROPORCIONAL

CORRESPONDENTE A: PARTE IDEAL METRAGEM

Declaro que as informações aqui contidas são a expressão da verdade e dou fé, sujeito às penalidades da Lei.

Santa Cruz das Palmeiras, de de

Requerente

Art. 230, § 7º O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente poderá ser afastado pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (nova redação dada pela LC n.º 204/2023).

Art. 244 A omissão ou inexactidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possa influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte à multa de 20% (cem por cento) sobre o valor do imposto sonegado, atualizado monetariamente, sem prejuízo das sanções penais previstas na legislação. (nova redação dada pela LC n.º 204/2023). **Parágrafo único.** Igual penalidade será aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou que por qualquer forma, contribua para a inexactidão ou omissão praticadas.

Art. 246 Havendo discordância do contribuinte em relação aos valores este poderá recorrer solicitando avaliação contraditória.

§ 1º O recurso deverá ser protocolizado, juntando-se laudo assinado por no mínimo dois corretores de imóveis devidamente autorizados pelo CRECI e um engenheiro civil.

§ 2º O recurso será analisado e julgado pela Comissão Municipal de Valores Imobiliários e a decisão deverá ser homologada pelo Departamento de Finanças.

SETOR DE CADASTRO FISCAL

Diante do requerido e exposto neste protocolo, a fim de cumprir o que determina o Código Tributário deste município quanto ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, nos termos do § 7º do art. 230 (nova redação dada pela LC n.º 204/2023) “o valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente poderá ser afastado pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio”.

Assim, verificou-se que o valor da transação declarado pelo contribuinte:

- Encontra-se dentro dos valores de mercado de imóveis;
- Está abaixo dos valores de mercado de imóveis.

Portanto, visando amparar o processo administrativo próprio, após análise realizada por este Setor nos arquivos existentes:

- Constatou-se que o valor a ser aplicado para recolhimento do ITBI do imóvel em questão é de R\$ _____, conforme comprova a documentação em anexo.
- Constatou-se não existir nenhum outro documento que comprove valores de mercado, portanto, deverá ser utilizado: o valor declarado de R\$ _____.
 o valor venal total de referência de R\$ _____.
 o valor apurado por equiparação/comparação de imóveis vizinhos de R\$ _____.

Santa Cruz das Palmeiras, _____ / _____ / 20____.

Demétrio Luiz Zandoná
Chefe da Seção de Arrecadação

CONTRIBUINTE REQUERENTE

- Estou ciente do processo administrativo instaurado pela PM, nos termos do § 7º do art. 230 (nova redação dada pela LC n.º 204/2023), autorizando emissão da guia de ITBI pelo Setor de Tributação e Dívida Ativa.

Santa Cruz das Palmeiras, _____ / _____ / 20____.

NOME COMPLETO

- DISCORDO do procedimento administrativo instaurado pela PM, nos termos do § 7º do art. 230 (nova redação dada pela LC n.º 204/2023), optando pela apresentação de defesa administrativa, no prazo de 15 dias, visando avaliação do contraditório, nos termos do art. 246 da LC n.º 142/2013.

Santa Cruz das Palmeiras, _____ / _____ / 20____.

NOME COMPLETO